



Anais da Assembleia

Nº 117

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Acir Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Namiir Piacentini, Nilton Barbosa, Rafael Greca, Raul Lopes e Vera Agibert (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas e dos termos de Ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 145/90

Curitiba, 06 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que altera os

fins sociais da COPASA - dá-lhe nova denominação - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR -, e adota outras providências.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembleia Legislativa consubstancia ato que, dando continuidade ao processo de reforma administrativa implementado por meu Governo, tem como objetivo principal operacionalizar a racionalização do serviço público, na medida em que busca extinguir ou reduzir a concorrência estatal com a iniciativa privada, visando a redução dos gastos públicos.

Nesta perspectiva a COPASA, que tem por finalidade precípua, a produção, o produtor e o armazenamento, vem promovendo a transferência de unidades coletoras e similares às cooperativas ou associações rurais, respeitadas as cautelas que garantam o atendimento e a demanda armazenadora.

Relativamente à CAFE DO PARANÁ, entidade paraestatal que muito tem contribuído para o incremento da agropecuária em todo o Estado, também vem transferindo, de modo gradual, para a iniciativa privada, funções que desempenhava, tais como: produção e comercialização de sementes de algodão, comércio de insumos etc., em obediência à atual filosofia da Administração Pública, de retirada do Estado do processo de produção econômica.

Convém ressaltar, no entanto, que muitas das atividades da CAFE, só poderão ir sendo assumidas pela iniciativa privada paulatinamente, e para não causar interrupção de importantes projetos, em curso, o plano de lei não a extingue, de pronto, prevendo, isto sim, a autorização para sua dissolução, e mesmo de outras entidades, quando tenham por fim atividades semelhantes às atribuídas à CODAPAR.

Por derradeiro, as mesmas medidas poderão ser tomadas em relação à CEASA DO PARANÁ, a partir do momento em que vier a ser estadualizada.

Certo de que a medida merecerá desta augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a denominar-se Companhia

de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, e terá por objetivo a execução de atividade de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário.

Art. 2° - O Poder Executivo, por ato próprio, poderá, respeitadas as disposições legais correspondentes, reduzir gradativamente a atuação da CODAPAR, sempre que constatar que a iniciativa privada tem condições de suprir as atividades por ela exercidas.

Art. 3° - Nas atividades de armazenagem a CODAPAR atenderá às normas do Decreto Federal n° 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Art. 4° - A CODAPAR, além da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal, contará com um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, composta no máximo por quatro diretores.

Art. 5° - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a dissolução da Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná - CAFE DO PARANÁ, ou de outras entidades que tenham por fim atividades assemelhadas às da CODAPAR.

Art. 6° - Respeitadas as normas da Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e outras disposições legais pertinentes, o patrimônio das entidades dissolvidas em decorrência desta, ou o resultado de suas alienações, bem como os eventuais saldos de liquidação, poderão incorporar o patrimônio da CODAPAR, sob forma de integralização de capital social do Estado do Paraná.

Art. 7° - O Poder Executivo editará normas complementares, para a execução desta lei.

Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 160/90

Curitiba, 21 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município, de Porecatu, o imóvel ali localizado, pertencente ao Estado do Paraná, adquirido através de escritura pública de doação, lavrada aos 19 de junho de 1986, pelo 3° Tabelionato de Notas da Comarca de Curitiba, no livro 514, fls. 29 e registrado no Registro de Imóveis do 1° Ofício da comarca de Porecatu, sob matrícula n° 2.582, de 04 de agosto de 1986, no livro 2.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos interesses da Administração tendo em vista que as dependências do imó-

vel serão utilizadas para serviço de atendimento à Maternidade e à Infância daquele Município, em valiosa contribuição para o almejado processo de municipalização dos núcleos sociais sob a coordenação administrativa da SEJA.

O anteprojeto em referência contém dispositivo prevendo a utilização do imóvel exclusivamente para as finalidades já mencionadas, pelo prazo de 5 anos, prorrogável por mais 5 anos, dispondo ainda que, caso seja usado para outros fins, haverá cancelamento automático da cessão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o município de Porecatu, Termo de Cessão de Uso do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 2.582, de 04 de agosto de 1986, no Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Porecatu.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel referido neste artigo exclusivamente para o atendimento à maternidade e à infância daquela Cidade, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2° - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de 5 anos contados da data em que for firmado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 168/90

Curitiba, 11 de setembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro em Palmas, como entidade mantenedora da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco e Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

O plano de lei ora submetido a exames dessa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo eis que, atendendo aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, virá dar cumprimento aos mandamentos contidos no art. 59 e seu parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, segundo os quais:

"Art. 59 - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, reunidas e integradas a Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras e Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdades Reunidas de Administração Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de até dois anos da promulgação desta Constituição, enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação das Faculdades e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade a que se refere este artigo".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisório na cidade de Palmas, Estado do Paraná, entidade mantenedora das seguintes instituições de ensino superior:

I - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;

II - Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas;

IV - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco;

VI - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - A sede e foro definitivos da Fundação serão definidos por ocasião do encaminhamento do processo de autorização ou reconhecimento da Universidade, baseado na proposta da Comissão de implantação.

Art. 2º - São fins da Fundação Univer-

sidade Estadual do Vale do Iguaçu a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º - As Faculdades que congregam a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, terão o prazo improrrogável de 03 (três) meses para procederem a doação de seus respectivos patrimônios ao Governo do Estado do Paraná, após aprovação desta Lei.

Art. 4º - O patrimônio da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será constituído:

a. dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados;

b. dos saldos dos exercícios anteriores;

c. dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art. 5º - A receita financeira da Fundação será proveniente:

I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;

II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais, ou de outras origens;

III - das contribuições escolares;

IV - das taxas e emolumentos escolares;

V - dos rendimentos de serviços prestados;

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordos ou contratos;

VII - das rendas patrimoniais;

VIII - das rendas eventuais;

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º - O Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente da Fundação, bem como os diretores e vice-diretores de cada uma das Faculdades incorporadas, serão escolhidos na forma da lei nº 8.345/86, para a nomeação pelo Governador do Estado.

Art. 7º - Ficam criados os cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05/10/88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Art. 8º - Ficam criadas as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05/10/88 para serem providas mediante concurso público.

Art. 9º - Dentro de sessenta dias a contar da publicação da presente Lei, deverá ser elaborado o Estatuto da Fundação, para ser submetido ao Governo do Estado.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 169/90

Curitiba, 12 de setembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento às programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública Estadual.

O quadro a seguir demonstra a utilização global dos recursos solicitados.

ÓRGÃOS	VALOR
COPEL	1.000.000.000,00

FINALIDADE:
dar continuidade à construção da Usina de Segredo.

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO 1.991.000.000,00

FINALIDADE:
Convênio para pagamento de pessoal com as Prefeituras e outras despesas correntes;

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO 225.000.000,00

FINALIDADE:
subvenção social, combustíveis, despesas com a realização de concursos, convênios com as APMS, reparos em veículos dos núcleos regionais, pagamento de estagiários por convênio.

FAMEPAR 532.000.000,00
dar continuidade ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, Sub programa de Desenvolvimento Institucional e Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU.

TOTAL 3.748.000.000,00

Servirá como fonte de recursos para cobertura do referido crédito os seguintes valores: - Saldo existente na Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, fonte 00 - Cr\$ 266.487.420,00 (duzentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros).

- Saldo existente na Lei Estadual n° 9.217, de 27 de março de 1990, - fonte 17 - Cr\$ 111.858.970,00 (cento e onze milhões, oitocentos e cinqüenta e oito mil, novecentos e setenta cruzeiros), e Cr\$ 334.653.610,00 (trezentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinqüenta e três mil, seiscentos e dez cruzeiros) - fonte

20.

- Recursos provenientes de operação de crédito, conforme Lei Estadual n° 8.917, de 15 de dezembro de 1988, fonte 19, no valor Cr\$ 412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de cruzeiros).

- Cancelamento de dotações alocadas na Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, Fonte 01 no valor de Cr\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros), Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) - fonte 00, Cr\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros) da fonte 00 e Cr\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros) da fonte 17 da Administração Geral do Estado - recursos sob Supervisão da SEPL e Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) fonte 00 do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1° - Ficam aprovados os créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cr\$ 3.748.000.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), conforme anexo I desta Lei, ficando simultaneamente procedida a conversão de fontes no valor de Cr\$ 706.512.580,00 (setecentos e seis milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e oitenta cruzeiros), conforme artigo 17 da referida Lei.

Art.2° - Servirão, como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo 1° desta lei, os seguintes valores:

- saldo existente na Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989 - fonte 00 - Cr\$ 266.487.420,00;

- Saldo existente na Lei Estadual n° 9.217, de 27 de março de 1990 - fonte 17 - Cr\$ 111.858.970,00;

fonte 20 - Cr\$ 334.653.610,00;

- recursos proveniente de operação de crédito aprovado pela Lei Estadual n° 8.917, de 15 de dezembro de 1988, fonte 19 no valor de Cr\$ 412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de cruzeiros),

- cancelamento de dotações orçamentárias alocadas na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, nos valores de Cr\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros), fonte

01 e Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), fonte 00 e Cr\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), sendo: da fonte 00 - Cr\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros) e fonte 17 - Cr\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL e Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), de recursos centralizados no DEAM pela SEPL, de acordo com o anexo II desta lei.

Art.3º - Em decorrência do artigo 1º e 2º desta lei ficam alterados os orçamentos próprios da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovados pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, de acordo com os anexos III e IV dessa lei.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I			

SUPLEMENTACAO		ANEXO 111		FL. 03	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DO				
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO				
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES				
	IVINCULADAS				
3277	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS				
	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -				
	IFAMEPAR				
1080	IPEDU - SUBPROGRAMA DE				
	IDESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	3120.00	119ILI	10.000.000	10685I
		3132.00	119ILI	20.000.000	10685I
		4130.00	119ILI	32.835.000	10685I
1185	IFUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO				
	IURBANO - FDU	4130.00	100ILI	120.000.000	10685I
		4130.00	119ILI	349.165.000	10685I
		T O T A L		532.000.000	

I CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 03	
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I			

será empossada em 15 de março de 1991, procurou-se colocar como prioridades e metas aquelas que vêm sendo seguidas na atual administração, atendendo-se, inclusive, o contido no Anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, encaminhando a essa Casa de Leis através da Mensagem nº 85/90, de 10 de abril de 1990, que se encontra atualmente em tramitação nesse Legislativo

Caberá ao próximo governador encaminhar a essa egrégia Casa, se for o caso, propostas de alteração orçamentária adequando o futuro orçamento às suas diretrizes de governo.

A receita global está estimada em Cr\$ 298.543.330.000,00 (duzentos e noventa e oito bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, trezentos e trinta mil cruzeiros), assim distribuída:

DESPESAS DE CAPITAL 123.425.760

Os anexos que fazem parte deste Anteprojeto contém detalhes sobre as aplicações, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da exposição justificativa.

As estimativas de receitas e despesas para o exercício de 1991 foram calculadas a preços de maio de 1990 e serão corrigidas, por ocasião da publicação desta lei, até o limite do índice de preços ao consumidor - IPC/IBGE, ou outro que venha a sucedê-lo, acumulado no período compreendido de maio a dezembro de 1990.

Saliento que o orçamento para 1991 se constitui num instrumento de aprimoramento do processo orçamentário, que possibilitará identificar, de forma mais simples e transparente, os objetivos, metas e agregações da despesa de todos os projetos e atividades da administração pública estadual. Pretende-se dessa forma, explicitar à sociedade, de maneira clara e objetiva, as origens e as aplicações dos recursos que traduzir-se-ão em benefícios para a coletividade.

Aproveito a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

RECEITAS Cr\$ 1.000 (a preços de maio de 1990)

1. Receitas de recolhimento centralizado	123.330.000
Receitas correntes	112.745.730
Receitas de capital	10.584.270
2. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das fundações, autarquias e dos órgãos de regime especial	42.112.370

Receitas correntes	22.845.900
Receitas de capital	19.266.470

3. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e das sociedades de economia mista	133.100.960
Receitas correntes	90.200.020
Receitas de capital	42.900.940

4. Total da receita	298.543.330
Receitas correntes	225.791.650
Receitas de capital	72.751.680

Na despesa, os recursos previstos para 1991 foram alocados por projetos e atividades, respeitando os aspectos constitucionais, resultando na seguinte distribuição:

RECEITAS Cr\$ 1.000 (a preços de maio de 1990)

1. Com recursos de recolhimento centralizado	123.330.000
Despesas correntes	87.281.900
Despesas de capital	36.048.100
2. Com recursos de recolhimento descentralizado das fundações, autarquias e órgãos de regime especial	42.112.370
Despesas correntes	20.062.830
Despesas de capital	22.049.540
3. Com recursos de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e das sociedades de economia mista	133.100.960
Despesas correntes	67.772.840
Despesas de capital	65.328.120
4. Total da despesa	298.543.330
Despesas correntes	175.117.570

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 172/90

Curitiba, 25 de setembro de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de, nos termos do art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhar a Vossa Excelência a anexa proposta de Emenda Constitucional que objetivava suprimir o § 5º, do art.85, daquela Carta.

Com a promulgação, em data de 05 de outubro de 1989, da nova Constituição Estadual, restabeleceu-se norma asseguradora da percepção pelos ex-Governadores, de um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, após cessada a investidura no cargo e se exercido em caráter permanente.

Não há qualquer sombra de dúvida que essa remuneração vitalícia reveste-se, in-

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 02	1
		ANEXO A LEI NO.		CRS 1,00	1
1	1	1	1	1	1
ICODIGUI	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
1	1	DA	IFTIDI		IPROCI
1	1	IDESPESA	IRI		ICOP
1 2011	MANUTENCAO DA FUNDACAO DE ESPORTE	1	1 1	1	1
1	IE TURISMO	1	3120.00140ILI	2.111.181	108241
1	1	1	3132.00140ILI	1.000.000	108241
1 1021	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	ILONDRIANA	1	1 1	1	1
1 1019	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA	1	1 1	1	1
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	ILONDRIANA	1	4110.00140ILI	100.000.000	108251
1 2009	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1 1	1	1
1	IEM LONDRIANA	1	4261.00140ILI	400.000	108251
1 1024	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1	1 1	1	1
1	IGUARAPUAVA	1	1 1	1	1
1 2092	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1 1	1	1
1	IEM GUARAPUAVA	1	3111.00140ILI	5.000.000	108271
1	1	1	3113.00140ILI	1.500.000	108271
1 1026	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1	1 1	1	1
1	IJACAREZINHO	1	1 1	1	1
1 2094	IADMINISTRACAO DO ENSINO DE	1	1 1	1	1
1	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS EM	1	1 1	1	1
1	IJACAREZINHO	1	4120.00140ILI	4.000.000	108251
1 1030	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	IEDUCACAO FISICA DE JACAREZINHO	1	1 1	1	1
1 2098	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1 1	1	1
1	IDE EDUCACAO FISICA EM JACAREZINHO	1	4120.00140ILI	1.000.000	108241
1 1031	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1 1	1	1
1	IDIREITO DO NORTE PIONEIRO	1	1 1	1	1
1 2099	IADMINISTRACAO DO ENSINO DE	1	1 1	1	1
1	IDIREITO EM JACAREZINHO	1	4120.00140ILI	2.000.000	108241
1 1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO	1	1 1	1	1
1	IOESTE DO PARANA - FUNIOESTE	1	1 1	1	1
1 2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1 1	1	1
1	INA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE	1	1 1	1	1
1	IDO PARANA	1	4120.00140ILI	6.000.000	108241
1 1034	IFUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS	1	1 1	1	1
1	IARTES DO PARANA	1	1 1	1	1
1 2087	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1 1	1	1
1	IDE MUSICA E BELAS ARTES	1	3131.00140ILI	150.000	108241
1	1	1	3132.00140ILI	256.181	108241
1 1035	IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	1	1 1	1	1
1	1- TECPAR	1	1 1	1	1
1 2102	IPESQUISAS TECNOLOGICAS, TESTES,	1	1 1	1	1
1	ANALISES E CONTROLE DA QUALIDADE	1	1 1	1	1
1	IEM PRODUTOS QUIMICOS E BIOLÓGICOS	1	3120.00140ILI	6.000.000	108241
1	1	1	3132.00140ILI	4.000.000	108241
1 2103	IAPOLIO AO DESENVOLVIMENTO,	1	1 1	1	1
1	IPESQUISA E CONTROLE DA QUALIDADE	1	1 1	1	1
1	IDE PRODUTOS INDUSTRIAIS - CII	1	3132.00140ILI	6.000.000	108241
1 2160	IPRODUCAO DE IMUNODIOLÓGICOS PARA	1	1 1	1	1
1	IATENDIMENTO AOS PROGRAMAS	1	1 1	1	1
1	INACIONAIS	1	3132.00140ILI	15.000.000	108241
1 2161	IMANUTENCAO ADMINISTRATIVA DO	1	1 1	1	1
1	IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	1	4120.00140ILI	11.373.814	108241

SUPLEMENTACAO		ANEXO A LEI NO.		FL. 03	CRS 1,00
	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL1	IL1	VALOR
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - ENTIDADES VINCULADAS	3111.02	190	ILI	4.741.000
2250	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA - IPE	3113.00	190	ILI	5.426.000
2012	SERVICOS DE ADMINISTRACAO GERAL - IPE	3111.01	190	ILI	4.154.000
2013	SERVICOS DE SUPERVISAO GERAL - IPE	3113.00	190	ILI	19.455.000
2014	ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO	3111.01	190	ILI	4.684.000
		3113.00	190	ILI	34.945.000
		3120.00	190	ILI	10.688.000
2015	PREVIDENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO	3113.00	190	ILI	7.470.000
		3252.00	190	ILI	1207.581.000
		3256.00	190	ILI	44.007.000
		4270.00	190	ILI	42.092.000
2016	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE	3111.01	140	ILI	15.000.000
		3113.00	140	ILI	15.000.000
		3120.00	140	ILI	30.000.000
		3132.00	140	ILI	30.000.000
		3286.00	140	ILI	9.000.000
2017	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM	3191.00	140	ILI	3.000.000
		3231.00	140	ILI	1.100.000
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS	3111.03	190	ILI	3.500.000
2460	SERVICO DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - SERLOPAR	3113.00	190	ILI	4.500.000
2017	EXPLORACAO DE SERVICOS LOTERICOS	4120.00	140	ILI	20.000.000
2463	COMISSAO COMERCIAL DO PARANA - JUP	4120.00	140	ILI	15.000.000
1045	PROCESSAMENTO E AGILIZACAO DAS INFORMACOES AOS USUARIOS				
2164	REGISTRO DE EMPRESAS				
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS				
2866	FUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO				

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 04	
ANEXO A LEI NO.				CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILTI FTDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
2263	IPARANA - IAPAR	3120.00	140111	10.000.000	108251
	IPESQUISA E DESENVOLVIMENTO	3120.00	181111	410.000	108251
	ITECNOLOGICO DE PRODUTOS E	3132.00	140111	14.000.000	108251
	IRECURSOS AGROPECUARIOS	3132.00	181111	1.000.000	108251
		3231.00	140111	1.000.000	108251
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA		1 1 1		1 1
	ITECNICA E EXTENSAO RURAL -		1 1 1		1 1
	EMATER/PARANA		1 1 1		1 1
2265	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO		1 1 1		1 1
	RURAL	3111.00	190111	12.210.000	108251
		3113.00	190111	4.879.300	108251
		3120.00	182111	1.000.000	108251
		3132.00	182111	6.370.000	108251
		3280.00	182111	50.000	108251
		3280.00	190111	3.000.000	108251
		4120.00	190111	24.000.000	108241
2360	EMPRESA PARANAENSE DE		1 1 1		1 1
	ICLASSIFICACAO DE PRODUTOS -		1 1 1		1 1
	ICLASPAR		1 1 1		1 1
2267	ICLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE		1 1 1		1 1
	IORIGEM VEGETAL	3111.00	190111	8.000.000	108251
		3113.00	190111	6.012.000	108251
			1 1 1		1 1
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DO		1 1 1		1 1
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO		1 1 1		1 1
	IMEJO-AMBIENTE - ENTIDADES		1 1 1		1 1
	IVINCULADAS		1 1 1		1 1
			1 1 1		1 1
3276	ISUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA		1 1 1		1 1
	IEROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL -		1 1 1		1 1
	ISUCEAM		1 1 1		1 1
2182	IADMINISTRACAO GERAL - SUCEAM	3132.00	140111	2.000.000	108241
		3132.00	190111	4.000.000	108241
3277	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS		1 1 1		1 1
	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -		1 1 1		1 1
	IFAMEPAR		1 1 1		1 1
1080	IPEDU - SUBPROGRAMA DE		1 1 1		1 1
	IDESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	3132.00	140111	33.231.000	108271
		4130.00	140111	50.000.000	108271
1185	IFUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO		1 1 1		1 1
	IURBANO - FDU	4130.00	140111	110.000.000	108271
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -		1 1 1		1 1
	IENTIDADES VINCULADAS		1 1 1		1 1
			1 1 1		1 1
4025	IFUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA		1 1 1		1 1
	IFCMR		1 1 1		1 1
2027	IADMINISTRACAO E OPERACAO DE		1 1 1		1 1
	ISERVICOS - FCMR	4130.00	181111	85.041.075	108271
			1 1 1		1 1
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA		1 1 1		1 1
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS		1 1 1		1 1

SUPLEMENTACAO		ANEXO A LEI NO.	PL. 05	CRS 1,00
INDICADOR	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILTI	IN. DO I PROCI
				ICOP 1
4286	DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	1	1	1
2046	COORDENACAO E CONTROLE DO TRAFEGO URBANO	1	1	1
		4110.00	140	100.000.000
4400	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, TRABALHO E ACOO SOCIAL - IDENTIDADES VINCULADAS	1	1	1
4467	FUNDACAO DE ACOO SOCIAL DO PARANA - FASPAR	1	1	1
2244	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FASPAR E DE UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	1	1	1
2245	ACO SOCIAL ATRAVES DE UNIDADES COMUNITARIAS E MUNICIPAIS	1	1	1
		4120.00	190	5.000.000
		4130.00	190	30.000.000
TOTAL				2206.958.504

CANCELAMENTO		ANEXO A LEI NO.		FL. 08	
				CRS 1,00	
MODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILTI IFTIDI IRI	VALOR	N.DDI PROCI COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1020	FUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO - PREFEITUR	I	I I I		I I
1019	INSTALACAO DO CLINIO DE EXCELENCIA E DOS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE	I	I I I		I I
		I	4110.00181ILI	604.000	108241
2100	PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARANA	I	I I I		I I
		I	4130.00181ILI	46.100	108241
		I	I I I		I I
2212	SAPDIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR E COMPETICOES ESPORTIVAS	I	I I I		I I
		I	4110.00140ILI	101.412	108241
		I	4130.00182ILI	27.700	108241
1021	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ILONDRINA	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
1019	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ILONDRINA	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
		I	4120.00140ILI	400.000	108251
1030	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO FISICA DE JACAREZINHO	I	I I I		I I
		I	I I I		I I

1 CANCELAMENTO		A N E X O 1 1		FL. 07		1	
		ANEXO A LEI NO.		CRS 1,00		1	

CANCELAMENTO		ANEXO		I I		FL. 08		CRS 1,00	
ANEXO A LEI NO.									
COLIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IL	VALOR	IN.DC	IPROCI	ICOP	
		DA	IFTDI	IRI					
IDESPESA									
3200	SECRETARIA DE ESTADO DO	1	1	1					
	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	1	1	1					
	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	1	1	1					
	VINCULADAS	1	1	1					
		1	1	1					
3276	SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA	1	1	1					
	RECURSA E SANEAMENTO AMBIENTAL -	1	1	1					
	SUCRAM	1	1	1					
2181	ADMINISTRACAO GERAL - SUCRAM	1	3120.00140	1	2.000.000	108241			
		1	3120.00190	1	4.000.000	108241			
		1	1	1					
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -	1	1	1					
	ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1					
		1	1	1					
		1	1	1					
4085	FUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA FOLHA	1	1	1					
	FCMF	1	1	1					
2027	ADMINISTRACAO E OPERACAO DE	1	1	1					
	SERVICOS - FCMF	1	4323.00181	1	85.041.075	108277			
		1	1	1					
4400	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA,	1	1	1					
	TRABALHO E ACAD SOCIAL -	1	1	1					
	ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1					
		1	1	1					
4431	FUNDACAO DE ACAD SOCIAL DO PARANA	1	1	1					
	FASPAR	1	1	1					
2241	ACAO SOCIAL ATRAVES DE UNIDADES	1	1	1					
	COMUNITARIAS E MUNICIPAIS	1	4323.00190	1	20.000.000	108241			
		1	4331.00190	1	15.000.000	108241			
		T O T A L		1	230.063.204				

A Diretoria Legislativa.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/265, 266, 267 e 268/90, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei n.ºs 213, 375, 389 e 413/90, respectivamente.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs DTL/SAT/252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264 e 269/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

Projeto de Lei Complementar 386/90: Do Poder Executivo, que dispõe sobre os Símbolos do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 052. Anote-se - Arquive-se.

44/90: Do Poder Executivo, que altera os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o

n.º 9.372. Anote-se - Arquive-se.

438/90: Do Poder Executivo, que altera os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.373. Anote-se - Arquive-se.

455/90: De autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que altera a Tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.374. Anote-se - Arquive-se.

414/90: Do Poder Executivo, que institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.375. Anote-se - Arquive-se.

309/90:

De autoria do Deputado Haroldo Ferreira, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Olívio Zanella,

o qual convertido em Lei tomou o n° 9376.
Anote-se - Arquivo-se.

190/90:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a Sociedade "Maria de Nazaré", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9377. Anote-se - Arquivo-se.

278/89:

De autoria do Deputado José Felinto, que concede o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Carlos Hugo Wolff Von Graffen, o qual convertido em Lei tomou o n° 9378. Anote-se - Arquivo-se.

134/89:

De autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que concede o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro, o qual convertido em Lei tomou o n° 9379. Anote-se - Arquivo-se.

268/89:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Conjunto Atenas - II", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9380. Anote-se - Arquivo-se.

348/90:

De autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a "Sociedade Amigos do Seminário", com sede e foro no Município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o n° 9381. Anote-se - Arquivo-se.

412/90:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o "Curitiba Woman's Club", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9382. Anote-se - Arquivo-se.

423/90:

Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar a área que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos e a firmar termo de cessão de uso de imóvel com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, o qual convertido em Lei tomou o n° 9383. Anote-se - Arquivo-se.

397/90:

De autoria do Deputado Antônio Annibelli, que altera a redação da Lei n° 8808, de 30 de junho de 1988, que concede pensão a Josefina Aparecida Barbosa, o qual convertido em Lei tomou o n° 9384. Anote-se - Arquivo-se.

401/90:

De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que denomina Ulisses Viganó a Rodovia PR-180, no trecho que liga o município de Marmeleiro à divisa com o Estado de Santa Catarina frontal ao município catarinense de Campo-Erê, o qual convertido em Lei tomou o n° 9390. Anote-se - Arquivo-se.

Sob o n° 6864/90, do Senhor Wagner Brussolo Pacheco - Chefe da Casa Civil, encaminhando Projeto de Lei n° 451/90, no qual o Senhor Governador do Estado, exarou, nesta data despacho restituindo o referido Projeto a esta augusta Casa de Leis. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/251/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 394/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/271/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei Complementar n° 371/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/272/90, do Senhor Governador do estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 272/89, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/249/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 424/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/250/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 440/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/249/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 424/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/250/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 440/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292 e 293/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n°s.

421/90:

De autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de utilidade pública a "Organização Feminina Wizo do Paraná", com sede e foro em Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9393. Anote-se - Arquivo-se.

428/90:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a "Fundação Pró-Circulação", com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9394. Anote-se - Arquivo-se.

429/90:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cafezal", com sede e foro na cidade de Iporã, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9395. Anote-se - Arquivo-se.

400/90:

De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9396. Anote-se - Arquivo-se.

183/90:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Excelentíssima Senhora Nely Lídia Valente de Almeida, o qual convertido em Lei tomou o n° 9397. Anote-se - Arquivo-se.

437/90:

De autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Paulo Viriato Corrêa da Costa, o qual convertido em Lei tomou o n° 9398. Anote-se - Arquivo-se.

388/90:

De autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede a Senhora Marlene Beetz Zielonka, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 10.406,92, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9399. Anote-se - Arquivo-se.

225/90:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a "Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon", com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n° 9400.

Anote-se - Arquivo-se.

157/88:

De autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui nas Escolas Públicas Estaduais de 1° Grau, o ensino obrigatório das disciplinas de História e Geografia do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9401. Anote-se - Arquivo-se.

418/90:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a proceder estudos, através da Secretaria da Cultura, para preservação do acervo do Museu "David Carneiro", conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9402. Anote-se - Arquivo-se.

201/90:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a "Igreja Batista em Quatro Barras", com sede e foro no município de Quatro Barras, o qual convertido em Lei tomou o n° 9403. Anote-se - Arquivo-se.

442/90:

De autoria do Deputado Raul Lopes, que reconhece como entidade de utilidade pública a "Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia / APECO", o qual convertido em Lei tomou o n° 9404. Anote-se - Arquivo-se.

353/90:

De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de utilidade pública o "Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9405. Anote-se - Arquivo-se.

Sob o n° DTL/277/90, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 230/90, a esta Casa Legislativa. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/273/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 333/89, tendo o veto incidido sobre seu art. 2°, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/274/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 033/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/275/90, do Senhor Gover-

nador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 278/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/276/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 427/90, tendo em vista que a pretendida medida, embora reconhecidamente louvável, encontra obstáculos em face do preceito contido no art. 238, da referida Carta Estadual, o qual veda alterações de tal natureza. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/278/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei Complementar n° 11/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/279/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 156/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/280/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n° 433/90, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 462/90, que declara de utilidade pública o "Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná - Açungui".

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 484/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 483/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta em 43% (quarenta e três por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário a partir de 1° de setembro de 1990.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 485/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Paraná, em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 035 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 482/90, que normatiza os vencimentos dos agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Lei n° 490/90.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

com fundamento no disposto pelo artigo 035 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 457/90, que inclui item no artigo 23 da Lei n° 8933 de 26 de janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 69/89 que objetiva transferir área Municipal, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 231/87, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 458/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do

Projeto de Resolução n° 100/90, da Ordem do Dia de hoje, onde consta em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia para o Projeto de Lei n° 403/90.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões o Projeto de Lei n° 303/90.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2233-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Wachove, ocorrido no dia 30 de julho passado.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 30 de julho passado, faleceu, com a idade de 59 anos, o Senhor Paulo Wachove.

O extinto deixou viúva Dona Ana, seis filhos e seis netos.

Paulo Wachove era membro de tradicional família da cidade de União da Vitória.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizades.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Wachove, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a

todos conforto.

REQUERIMENTO N° 2233-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senhorita Marli Elizabette do Nascimento, ocorrido na Cidade de Grandes Rios - PR, em 16 de setembro de 1990.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Grandes Rios, Senhor João Aparecido do Nascimento e Familiares.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Meira Lima, ocorrido no dia 16/09 em Santa Isabel do Ivaí.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16 de setembro faleceu, em Santa Isabel do Ivaí, a Senhora Catarina Meira Lima, com a idade de 40 anos.

A extinta deixa viúvo o Vereador Malaquias Tavares e três filhos menores.

O passamento da Senhora Catarina veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família do Vereador Malaquias Tavares.

REQUERIMENTO N° 2235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Stahlschmidt, ocorrido dia 16.09.90, nesta Capital.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 84 anos faleceu, nesta Capital, no dia 16/09, o Senhor Alfredo Stahlschmidt, que deixou viúva e sete filhos.

O extinto era membro de tradicional família da cidade de União da Vitória, onde foi Vereador.

O passamento do Senhor Alfredo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Alfredo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Stahlschmidt, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Estado do Paraná, pela passagem do Dia Nacional do Vereador a ser comemorado no próximo dia 1° de outubro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os vereadores do Paraná, por intermédio dos Senhores Presidentes de cada Câmara Municipal Paranaense.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Vereador é na Democracia Representativa de nossos dias, o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que está junto às comunidades e que se faz porta-voz dos anseios, propósitos e demandas por soluções junto aos governadores do menor ao mais elevado escalão político. Portanto, é justo que o Vereador tenha um dia a ele dedicado.

O próximo dia 1° de outubro assinala a data a ser festejada por todos aqueles que têm algum envolvimento com a nobre atividade política.

Os Vereadores, como sabemos, exercem

uma atividade que em alguns municípios pode ser considerada "apostolar", porque lutando contra a falta de recursos assoberbam-se com o maior número de problemas, basicamente de origem social e em muitos casos emocionais - os quais o Vereador não pode desconsiderar.

Com este voto de congratulações queremos prestar nossa sincera homenagem a todos os Senhores Vereadores de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2203

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie ao egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sugerindo a criação da Comarca de Matinhos, desmembrando da de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Guaratuba é uma necessidade à gente do Litoral, porque a Comarca de Guaratuba, que engloba o município de Matinhos, está com seus serviços judiciais em lastimável situação em razão do acúmulo de ações judiciais e da grande extensão territorial que abrange.

Além disso, o município de Matinhos está localizado no outro lado da Baía de Guaratuba e separado da sede da Comarca por esta, obrigando àqueles que necessitam da atenção do Poder Judiciário a deslocar-se por mar até a sede, não havendo serviço regular de transporte coletivo.

A criação da comarca de Matinhos, desmembrada da de Guaratuba, trará, sem qualquer dúvida, como escopo uma Justiça mais ágil, beneficiando todos os munícipes daqueles balneários.

REQUERIMENTO N° 2245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a autuação e subsequente inclusão na Ordem do Dia, para apreciação por parte da Comissão Geral, da Mensagem do Poder Executivo n° 169/90, que abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.748.000.000,00, destinada a cobrir despesas da COPEL, na construção de Salto Segredo, da Secretaria da Educação, para pagamento de pessoal conveniado e realização de concurso público e para a FAMEPAR, como contraprestação do Estado ao PEDU, recebida por esta Assembléia no dia 12 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a adoção de medidas suficientes para a efetiva instalação da CPI do Bingão, já aprovada por este Plenário, com a indicação dos membros da Bancada do PMDB já procedida.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam determinadas providências, a fim de que as obras de duplicação asfáltica da PR-151, ligando Ponta Grossa a Pirai do Sul, seja estendida de Pirai do Sul, via Jaguariaiva a Sengés.

É importante ressaltar que o projeto original prevê a pavimentação de 69 km, estando em obras 40 km correspondente ao trecho Ponta Grossa - Castro, dos quais 26 km estão concluídos.

Assim, entendemos que nada obstará que a duplicação daquela Rodovia atingisse também os Municípios de Jaguariaiva e Sengés e adjacências, pois que, na medida em que o Projeto já adentra a fase de execução, com trecho já praticamente liberado ao tráfego, seria perfeitamente viável que a duplicação da referida Rodovia fosse estendida até Sengés e não com o final no Município de Pirai do Sul.

Torna-se dispensável mencionar a importância dessa Rodovia para a Região, pois que, em se tratando de Municípios cuja economia está calcada por excelência na agricultura, com expressiva contribuição na produção de alimentos para o Estado, o prolongamento proposto traria, inegavelmente, muitos benefícios, possibilitando um melhor escoamento da produção agrícola e um trajeto mais seguro para os milhares de veículos que por ali transitam diariamente.

A par dessas considerações, não se pode esquecer que em Jaguariaiva está situada uma das maiores indústrias de beneficiamento da América Latina - a PISA, que exerce importante tarefa na geração de empregos e na arrecadação de tributos ao nosso Estado, além de eventos como feiras agropecuárias e outros, levados a efeito em Arapoti e Sengés, com intensa comercialização de animais e produtos manufaturados.

Diante do exposto, nada mais justo e

oportuno que se viabilize dentro do mesmo projeto o prolongamento daquela Rodovia até Sengés.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de Matéria Jornalística, em anexo, sob título:

- Combustíveis Líquidos - Quem Assumirá os Desacertos? - De autoria do economista e empresário - Clóvis P. Junqueira Franco - publicada pelo jornal Folha de São Paulo, edição de 1° de setembro de 1990.

- Requer ainda, que do presente se dê ciência à Diretoria da Destilaria Vale do Ivaí, localizada em São Pedro do Ivaí - CEP: 86.945 - São Pedro do Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 503/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica doado à Prefeitura de Guaratuba o imóvel, pertencente a Companhia Paranaense de Silos e Armazenagem - COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, município de Guaratuba.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação que não seja objetivando o atendimento ao agricultor.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Da pretendida doação, objeto de nossa medida aqui consubstanciada na forma de projeto de lei, o agricultor daquela localidade será em muito beneficiado, já que da mesma poderão advir frutos em favor de melhor conhecimento agrícola, através de cursos de melhoramento de culturas e demais medidas visando aprimorar a agricultura local tão rica e beneficiada com boas terras e com o principal instrumento do nosso agricultor paranaense, que é o amor a esta Terra dos Pinheirais.

PROJETO DE LEI N° 504/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica reconhecida de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" - mantenedora da "Escola Especial Novos Horizontes", sediada à Avenida República Argentina n° 54, no município de Barracão, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em novembro de 1988, a "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", de Barracão, iniciou uma verdadeira cruzada em favor das crianças excepcionais e seus familiares.

Funcionando em caráter precário e necessitando de maior participação e ajuda, a sua criação foi ratificada em abril do ano seguinte com o início de funcionamento da Escola Especial Novos Horizontes que nos dias atuais assiste a cerca de 40 crianças.

Esse atendimento tem incluído assistência escolar, dentro das exigências das crianças, assistência médica e odontológica e refeições especiais durante o período de estada dos assistidos na escola.

Como as demais entidades dessa categoria, a APAE de Barracão luta com dificuldades muito grandes, pelo que necessita de todos os recursos - a título de ajuda - que possa alcançar, dependendo, pois, do reconhecimento de utilidade pública para habilitar-se à ajuda das entidades governamentais do Estado e da União.

Rogamos, pois, o apoio de nossos Pares, aprovando pela unanimidade merecida o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 505/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica criado o município de Graciosa, desmembrado do município de Paranavaí, obedecendo as divisas que especifica, conforme Memorial Descritivo abaixo mencionado.

Parágrafo Único: O Perímetro Urbano da Sede do município de Graciosa, obedecerá as divisas que especifica no Memorial Descritivo abaixo mencionado.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

MEMORIAL DESCRITIVO:

LIMITES DE CONFRONTAÇÕES:

Com o Município de Paranavaí: Começa na Estrada Velha de Guairacá no ponto de

cruzamento com a estrada de divisa entre os municípios de Guairacá e Paranavaí, segue por esta estrada velha (no sentido leste) contornando o Povoado de Piracema; Deste ponto, segue pela estrada Nova Londrina (antiga 301), até tocar o ponto de divisas entre os lotes n.ºs 57 e 60; Deste ponto, segue em linha reta no sentido geral Norte Sul entre os Lotes n.ºs 138 e 139 até a estrada divisória 511, ponto de divisa com o Município de Tamboara;

Com o Município de Tamboara: Começa no ponto acima descrito, na Estrada Divisória 511, segue por esta até seu cruzamento com a Estrada PR-561, divisa com o Município de Nova Aliança do Ivaí;

Com o Município de Nova Aliança do Ivaí: Começa no ponto acima descrito, na Estrada PR-561, segue por esta, no sentido Norte até o seu cruzamento com a Estrada Municipal Lemes Ferreira até o ponto de divisa com o município de Mirador;

Com o Município de Mirador: Começa no ponto acima descrito na Estrada Lemes Ferreira, segue por esta, até a Estrada PR-218 no Povoado de Deputado José Afonso; Daí segue pela referida Estrada PR-218 até a ponte sobre o Rio da Paixão, ponto de divisa com o município de Amaporã;

Com o Município de Amaporã: Começa na ponte sobre o Rio da Paixão, sobe por este até sua nascente, ponto de divisa com o município de Guairacá;

Com o Município de Guairacá: Começa na Cabeceira do Rio da Paixão; segue por este até tocar no ponto de divisas entre os Lotes n.ºs 07 e 08, segue por esta divisa até a Estrada Divisória entre os municípios de Guairacá e Paranavaí, segue pela referida divisa até o ponto de cruzamento com a Estrada Velha de Guairacá, ponto inicial e final.

MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE GRACIOSA:

LIMITES DE CONFRONTAÇÕES:

Começa no cruzamento das Ruas (Avenida) João Selhorst e Santos Dumont, segue por esta até o cruzamento com a Rua Cândói; Segue pela Rua Cândói até o cruzamento da Rua D. Atigo Euzébio da Rocha; Segue pela Rua D. Atigo Euzébio da Rocha, até o cruzamento da Rua Guaranã; Segue pela Rua Guaranã até o cruzamento da Rua Manoel Gonçalves; Segue pela Rua Manoel Gonçalves, até o cruzamento da Avenida João Selhorst; Segue pela Avenida João Selhorst até o cruzamento da Rua Santos Dumont, ponto inicial e final.

PROJETO DE LEI N.º 506/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica reconhecida de Utilida-

de Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" - mantenedora da Escola Especializada Mundo Feliz, sediada na cidade de São Jorge d'Oeste, à rua Campos Novos n. 551.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São Jorge d'Oeste, foi fundada em 05 de maio de 1989 para atender a uma aspiração da comunidade local.

Os pais de crianças portadoras de excepcionalidade formaram uma verdadeira cruzada, levando a necessidade da fundação da entidade de família a família, de porta em porta, angariando a simpatia e apoio geral.

Com a primeira promoção, organizada com a finalidade de angariar recursos para compra de material destinado ao funcionamento da escola, a idéia germinou e a proposta materializou-se; organizaram-se os trabalhos de legalização da Escola Especializada Mundo Feliz, encaminhados os documentos para o seu reconhecimento pelo Órgão Estadual de educação, bem como encaminhamento de solicitação de convênios.

A APAE de São Jorge d'Oeste tem tido franca e aberta participação na vida social e comunitária do Município, granjeando respeito e simpatia e recebendo ajuda material e estímulo local.

O reconhecimento de Utilidade Pública é um imperativo para que se abram novas fontes de recursos para a entidade, facilitando-lhe a dura tarefa já iniciada com entusiasmo.

Solicitamos, pois, o apoio dos Prezados Pares para que este projeto de lei possa ser aprovado pela unanimidade merecida.

PROJETO DE LEI N.º 507/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedida a ERCÍLIO FOSSA, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 9.084,46 (nove mil, oitenta e quatro cruzeiros e quarenta e seis centavos).

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

ERCÍLIO FOSSA durante anos foi Sub-Prefeito de Cafelândia, prestando rele-

vantes serviços à comunidade. Posteriormente foi Sub-Prefeito de Lindoeste e Vereador por Cascavel, quando adoeceu, e hoje é pessoa praticamente inválida em decorrência de derrame Cerebral.

Dessa forma, diante dos inestimáveis serviços dispensados às comunidades antes mencionadas, e em face da difícil situação por que passa a sua família, entendemos ser a nossa medida justa e oportuna, pois assegurará condições de sobrevivência ao mesmo e seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente.

Horário das Lideranças. PL com a palavra.

(Declina).

PT.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PDS.

(Declina).

PDC.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n. 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria,

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 474/90, de autoria dos Deputados JOSÉ FELINTO, LEONIDAS CHAVES e NEREU CARLOS MASSIGNAN, que altera a redação do artigo 1.^o, da Lei n. 9353/90, que passa a ter a seguinte redação: "A sede do Município de Cândói", fica localizada no distrito de Paz, na localidade de Segredo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Transferida a votação para a sessão de amanhã, dia 10.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 57/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE", com sede e foro em Palmeira. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou vendo o que Vossa Excelência colocou, o Projeto 219/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regimentalmente os projetos, na fase de votação, têm preferência sobre os projetos em discussão. A Mesa está votando os projetos em fase de votação.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos desde há alguns dias aguardando a votação desse Projeto segundo a determinação da Justiça, prioritariamente. É por isto que estou pedindo a Vossa Excelência a inclusão da discussão ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ele vai ser discutido tão logo sejam votados os projetos na fase de votação.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Nesta sessão ainda, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Deus quiser!

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - A Justiça determina, Senhor Presidente, que não haja ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós acabaremos a decisão da Justiça. Não poderemos violar o nosso Regimento Interno.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Regimento Interno, que Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O que Vossa Excelência usa sempre!

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Não! Vossa Excelência está equivocado.

Estou usando a Justiça, porque Regimento Interno já está conflitando com a Constituição, está conflitando com diversos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, Vossa Excelência requeira mais uma vez na Justiça.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Está violando a Constituição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 3.^a Discussão do Projeto de Resolução n. 95/90.

Em discussão. Em votação. APROVADO.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Contra o meu voto, Senhor Presidente, todas estas matérias, enquanto não votar a LDO segundo a decisão da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado. Temos grande consideração por Vossa Excelência e vamos anotar os protestos.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço. Só lamento Vossa Excelência estar colocando em votação matérias ao arrepio da Lei.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 85/90), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO RELATOR.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N° 219/90

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - De conformidade com o artigo 133, II, §, 3º da Constituição do Estado do Paraná, ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais a serem observadas na elaboração dos orçamentos do Estado, relativos ao exercício financeiro de 1991.

Art. 2º - As prioridades orçamentárias para o exercício de 1991 deverão contemplar, em seu desenvolvimento, a maior geração possível de empregos no setor privado e outros segmentos da sociedade civil.

Art. 3º - Na elaboração da lei orçamentária anual, o Estado destinará recursos para o cumprimento do estatuído no artigo 179 da Constituição Estadual.

Art. 4º - Na destinação de recursos orçamentários para a área agrícola, a prioridade deverá ser aos programas e projetos que beneficiem aos micro, pequenos e médios produtores rurais.

Art. 5º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos correspondentes.

Art. 6º - No projeto de lei orçamentária as receitas e despesas serão estimadas segundo preços vigentes em julho de 1990, valores que serão corrigidos automaticamente, antes do início da execução orçamentária, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período compreendido entre os meses de julho e dezembro de 1990.

§ 1º - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas segundo a taxa de câmbio vigente no último dia útil do mês de julho de 1990.

§ 2º - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder a correção automática dos valores constantes dos orçamentos, conforme critérios a ser estabelecido na lei orçamentária.

Art. 7º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, encaminhadas à Assembléia Legislativa até três meses antes do encerramento do exercício de 1990.

Art. 8º - Ao projeto de lei orçamentária serão anexados, quando houver, demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, pela administração pública estadual, detalhados de forma regionalizada e identificando os objetivos de tais concessões.

Art. 9º - As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, órgãos de regime especial, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para ante prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamento e outros de sua manutenção, bem assim objetivando racionalizar despesas e obter ganhos de produtividade.

Art. 10 - A manutenção de atividades bem como a conservação e recuperação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e novas obras.

Parágrafo Único - O Estado não iniciará obra rodoviária nova sem antes progra-

mar a ligação rodoviária entre as sedes de municípios ainda não servidos por rodovias pavimentadas, mediante projeto especial de investimento a ser submetido à Assembléia na Lei Orçamentária anual.

Art. 11 - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - aquisição, construção e locação de imóveis residenciais bem como, aquelas destinadas a aquisição de mobiliário ou equipamentos para unidades residenciais de representação funcional;

II - aquisição de aeronaves, automóveis e outros veículos de representação;

III - locação e renovação de contrato de locação de quaisquer veículos e aeronaves de representação;

IV - obras públicas e serviços locais, assim como outras ações públicas da administração municipal, ressalvados os casos amparados;

a) pelas disposições dos arts. 30, inciso VII, e 200 da Constituição Federal;

b) pelo estabelecido no art. 204, inciso I, da Constituição Federal;

c) pelo disposto no art. 30, inciso VI, da Constituição Federal;

d) por planos de desenvolvimento setorial ou regional.

Art. 12 - Não serão admitidas emendas aos orçamentos transferindo dotações cobertas com receitas próprias de autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações e órgãos de regime especial para atender programações do Orçamento Fiscal ou a serem desenvolvidas por outra entidade, que não aquela geradora do recurso.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 13 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual, efetivas e potenciais.

§ 1º - Compreendem-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações e os órgãos de regime especial.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa e não poderá ser superior a três por cento da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, em conformidade com o Art. 138 da Constituição Estadual.

§ 3º - A lei orçamentária incluirá recursos específicos para criação e manutenção de Assessoria Técnica às Comissões de

que trata o art. 134, parágrafo 1º, da Constituição Estadual.

§ 4º - A Assembléia Legislativa, mediante resolução específica estabelecerá, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei, as normas necessárias à criação ou transformação de cargos de seu quadro próprio de pessoal para funcionamento da assessoria a que se refere o parágrafo anterior, respeitada a norma constitucional do concurso público para o preenchimento dos cargos.

§ 5º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado, excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o parágrafo 1º, do art. 98 da Constituição Estadual.

§ 6º - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites desta lei, em conformidade com o art. 115, da Constituição Estadual.

§ 7º - Na execução orçamentária anual, os recursos previstos no art. 136, da Constituição Estadual serão repassados, respectivamente, à Mesa da Assembléia Legislativa e ao órgão diretor do Tribunal de Justiça, que farão a distribuição no âmbito dos respectivos Poderes.

Art. 14 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais, deverá ser observado o limite previsto nos arts. 38 e 17 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e Estadual, respectivamente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária consignará os recursos necessários para atender as despesas que decorrem da implantação do Regime Jurídico Único e dos planos de carreira do servidor.

Art. 15 - A emissão de títulos públicos estaduais será limitada à necessidade de recursos para atender a rolagem dos títulos emitidos até 31 de dezembro de 1990, não computados aqueles previstos no art. 33, parágrafo Único, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 16 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, salvo aquelas que se destinem a rolagem da dívida pública.

Art. 17 - As programações a serem custeadas com recursos de operações de crédito, serão identificadas no orçamento, especificando-se as já contratadas e as a contratar, indicando-se nestas, os possíveis financiadores, ficando sua implantação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 18 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual atenderão, prioritariamente, as despesas com pessoal e encargos

sociais, serviços da dívida e precatórios judiciais, bem como à contrapartida de programas financiados e aprovados por lei estadual.

Art. 19 - O Orçamento de que trata este capítulo destinará a despesas de capital, exceto amortizações, no mínimo, dez por cento (10%) da receita própria (receita total menos operações de crédito), deduzidas as transferências constitucionais para os municípios.

Art. 20 - As despesas com serviços da dívida, exceto a mobiliária, deverão considerar as operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 21 - As dotações à conta de recursos ordinários do Tesouro Estadual destinadas a outras despesas correntes (exclusive serviços da dívida), não incluídas as dotações decorrentes da aplicação do art. 212 da Constituição Federal e dos artigos 185 e 205 da Constituição Estadual e dos artigos 13 e 18 desta lei, observarão a seguinte participação relativa admitida a variação de até cinco por cento (5%) sobre esses percentuais, quando da elaboração da proposta orçamentária:

ÓRGÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES %
Chefia do Poder Executivo	3,60
Procuradoria Geral do Estado	0,50
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	1,57
Secretaria de Estado da Comunicação Social	0,05
Secretaria de Estado da Administração	5,80
Secretaria de Estado da Fazenda	7,00
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastec.	21,00
Secretaria de Estado da Cultura	3,00
Secretaria de Estado do Desenvolv. Urbano e Meio Ambiente	3,74
Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio	0,05
Secretaria de Estado da Saúde	7,00
Secretaria de Estado da Segurança Pública	13,40
Secretaria de Estado dos Transportes	11,00
Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social	6,00
Ministério Público	1,29
TOTAL	85,00

Parágrafo Único - O saldo remanescente das dotações a conta de recursos ordinários do Tesouro Estadual, destinado a Outras Despesas Correntes serão repassados, complementarmente, à Secretaria de Educação, para desenvolvimento de programas voltados à expansão e melhoria do ensino público fundamental.

Art. 22 - Os recursos tributários referidos no art. 205, da Constituição do Estado serão geridos em caráter provisório, pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia CONCITEC.

Parágrafo Único - Os recursos definidos neste artigo serão repassados pelo Tesouro Geral do Estado, em duodécimos e mensalmente depositados no Banco de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCITEC, instituído pela Lei Estadual nº 8387, de 15 de outubro de 1986.

Art. 23 - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo I, desta Lei.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 24 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreende as receitas próprias e as receitas de transferência do Estado e suas aplicações relativas as autarquias, fundações e órgãos de regime especial.

Art. 25 - Na elaboração do Orçamento próprio da Administração Indireta serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Associações de Economia Mista

Art. 26 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado juntamente com a programação orçamentária global das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 27 - Na elaboração do orçamento de investimentos das empresas públicas e das sociedades de economia mista serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo III desta Lei.

CAPÍTULO V

Da Política de Aplicação das Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Art. 28 - As agências oficiais de fomento do Estado, na concessão de financiamentos, observarão as seguintes políticas:

I - redução das desigualdades regionais;

II - defesa e preservação do meio ambiente;

III - atendimento às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas;

IV - prioridades para empreendimentos destinados à geração de empregos, com ênfase aos relativos à produção de bens de consumo de massa;

V - prioridade às indústrias de bens de capital, com ênfase ao desenvolvimento e à modernização tecnológica de suas instalações e produtos;

VI - prioridade aos projetos de desenvolvimento de pesquisas básica e aplicada, de forma a reduzir o hiato tecnológico do Estado;

VII - prioridade para projetos de saneamento básico e infraestrutura urbana;

VIII - prioridade para projetos de habitação popular;

IX - prioridade para projetos de reaparelhamento, aprimoramento e ampliação dos sistemas de transporte urbano de massa;

X - prioridade para projetos de restauração e conservação da malha rodoviária estadual;

XI - prioridade para projetos de reaparelhamento e aprimoramento do transporte ferroviário de carga;

XII - prioridade para projetos de agricultura irrigada e à agroindústria;

XIII - prioridade para projetos de investimentos no setor de eletrificação rural;

Parágrafo Único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário anual à Assembleia Legislativa apresentará, em anexo, a política de aplicação de cada agência financeira de fomento.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 29 - Na lei orçamentária anual para 1991, a discriminação da despesa, para os Orçamentos do Estado, far-se-á conforme seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

- . Pessoal e Encargos Sociais
- . Juros e Encargos da Dívida
- . Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- . Investimentos
- . Inversões Financeiras
- . Amortização da Dívida
- . Outras Despesas de Capital

Art. 30 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, até 15 de janeiro de 1991, divulgará os quadros

de detalhamento de despesas, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta com os valores corrigidos na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 31 - É vedado ao Poder Executivo empenhar até o dia 15 de março de 1991, mais do que 1/6 (um sexto) da despesa prevista em cada categoria de programação, salvo com expressa autorização legislativa.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo, considerar-se-ão os valores corrigidos na forma do artigo 6º da presente lei.

Art. 32 - Na lei orçamentária, bem como em suas alterações serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais, equalizando valores, segundo critérios estabelecidos por serviços prestados.

Art. 33 - Não se admitirão emendas ao projeto da lei orçamentária que visem conceder dotação para a instalação ou funcionamento de órgão que não esteja legalmente constituído.

Art. 34 - Durante o processo de apreciação do Projeto da lei orçamentária anual pela Assembleia Legislativa, as informações inseridas no Sistema de Processamento da elaboração do orçamento estadual ficarão à disposição do Poder Legislativo, que poderá proceder os devidos ajustamentos, respeitados os termos do artigo 134 da Constituição Estadual.

Art. 35 - É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos públicos para órgãos ou fundo de previdência parlamentar.

Art. 36 - O projeto de lei orçamentária indicará recursos para dar cumprimento ao previsto no artigo 38 das disposições transitórias da Constituição Estadual.

Art. 37 - As programações das despesas de caráter administrativo do Banco do Estado do Paraná - BANESE, e de suas empresas vinculadas, do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (Agência do Paraná), integrarão o projeto da lei orçamentária.

Art. 38 - Ao projeto de lei orçamentária são vedadas emendas que apresentem mais de uma proposta em seu conteúdo.

Art. 39 - As unidades orçamentárias do Poder Executivo repassarão os recursos incluídos nas dotações orçamentárias mediante cronograma de desembolso estabelecido até o dia 28 de fevereiro de 1991.

§ 1º - Ficam ressalvados os repasses de caráter emergencial relacionados a situações de calamidade pública.

§ 2º - Os repasses da programação or-

çamentária e emergencial serão feitos através de instituições financeiras oficiais.

Art. 40 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento Fiscal para o exercício de 1991.

I - PODER LEGISLATIVO

- Continuidade ao processo legislativo para melhor legislar sobre as matérias de competência do Estado.

- Continuidade da reforma do prédio administrativo.

- Aprimoramento dos métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Estado e Municípios.

- Promoção e valorização do servidor.

- Realização de cursos internos e externos de matéria ligada a área de orçamento, auditoria e análise de balanços, processo legislativo, Direito Constitucional e Administrativo.

- Dar prosseguimento ao aperfeiçoamento do processamento eletrônico de dados para maior produtividade, confiabilidade e qualidade de informações.

II - PODER JUDICIÁRIO

- Prosseguimento das obras do Fórum de Curitiba.

- Continuidade e aprimoramento do programa de liberdade assistida.

- Criação e instalação de novas comarcas e varas para uma maior eficácia no trâmite processual de acordo com o código de organização judiciária.

- Promoção e valorização do corpo funcional.

III - PODER EXECUTIVO

1 - EDUCAÇÃO

- Recuperação da estrutura física, manutenção de padrões adequados e fortalecimento pedagógico do ensino de 1º e 2º graus, de forma a garantir o acesso e permanência na escola pública.

- Valorização dos profissionais do ensino, mediante a garantia de planos de carreira para o magistério público, piso salarial profissional e oportunidades contínuas de aperfeiçoamento.

- Combate ao analfabetismo.

- Ampliação do ensino integral aos segmentos sociais mais carentes.

- Reavaliação e reformulação do programa Tempo de Criança.

- Reestruturação e ampliação do ensino profissionalizante.

- Estabelecimento de condições efetivas para maior autonomia das unidades escolares.

- Prosseguimento do programa estadual de alimentação escolar.

- Melhoria da qualidade de ensino, racionalização e desempenho das instituições de ensino superior.

2 - SAÚDE

- Implantação do Sistema Único de Saúde em substituição ao SUDS.

- Construção, manutenção e ampliação da rede hospitalar em consonância com o SUS.

- Organização do programa de instalação de módulos sanitários.

- Organização de assistência técnica aos municípios na área de saúde.

- Ampliação da vigilância sanitária.

- Continuação e readequação de programas em andamento em consórcio com o SUS.

- Controle das doenças transmissíveis.

- Atendimento a saúde materno-infantil.

- Produção de produtos farmacêuticos.

- Assistência médica e sanitária.

- Ampliação da assistência à saúde mental.

3 - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- Coordenação e execução do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná - PARANÁ RURAL.

- Prosseguimento da coordenação e execução do subprograma Manejo e Conservação do Solo do PARANÁ RURAL.

- Manutenção das atividades de defesa e vigilância fitossanitária e controle das doenças dos animais.

- Continuidade do Programa de Irrigação e Drenagem.

- Ampliação da capacidade estática de armazenagem.

- Incremento da produção, comercialização e distribuição de sementes e mudas selecionadas.

- Melhoria genética da produção animal.

- Regularização fundiária, assentamento e colonização.

- Preservação dos recursos naturais renováveis, da fauna e da flora.

- Manutenção das atividades de classificação de produtos de origem vegetal.

- Assistência técnica e extensão rural aos produtores, cooperativas e sindicatos rurais.

- Desenvolvimento de pesquisa tecnológica de produtos e recursos agropecuários.

4 - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

- Execução de políticas de emprego e proteção ao trabalhador.

- Execução da Política Social do Estado, através da assistência às camadas mais pobres da população com o desenvolvimento dos programas de atendimento à criança,

aos portadores de deficiência, aos adultos e idosos.

- Coordenação do desenvolvimento comunitário com a execução de projetos de fomento à organização comunitária.
- Apoio ao desenvolvimento do artesanato paranaense.
- Treinamento e formação profissional.
- Atendimento alimentar a populações carentes.

5 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Estabelecimento de condições para uma efetiva integração do Sistema de Segurança Pública.
- Reequipamento das Polícias Civil e Militar.
- Coordenação das ações da Defesa Civil.
- Controle e segurança do tráfego urbano.
- Execução do policiamento de caráter preventivo e repressivo em todo o Estado.
- Valorização e promoção dos servidores civis e militares.
- Reestruturação e reequipamento do Instituto de Identificação e de Criminalística.
- Perícias médico-legais.
- Treinamento de recursos humanos das unidades policiais.
- Descentralização e reequipamento do Corpo de Bombeiros.
- Modernização dos sistemas de controle do Registro Nacional de Carteiras da Habilitação - RENACH, Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e informatização do sistema penitenciário.

6 - JUSTIÇA

- Reestruturação, reaparelhamento e expansão do setor penitenciário.
- Fortalecimento do Programa Pró-Egresso.
- Estabelecimento de condições para uma efetiva articulação entre as ações da Justiça e da Segurança Pública.
- Orientação, educação e proteção ao consumidor.

7 - HABITAÇÃO

- Implementação da política habitacional do Estado, privilegiando os segmentos sociais menos favorecidos.
- Desenvolvimento de programas Mutirão, Auto-Construção, Urbanização de Favelas e melhoria de sub-habitação.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas de tecnologia e materiais alternativos de construções habitacionais.

8 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

- Consolidação do processo de implantação do regime jurídico único.
- Promoção e valorização do servidor

público.

- Treinamento de recursos humanos.
- Desenvolvimento de ações de racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos humanos e materiais.
- Modernização do sistema estadual de processamento de dados.

9 - TRANSPORTES

- Reorganização e modernização do transporte coletivo intermunicipal, em particular na Região Metropolitana de Curitiba.
- Restauração e conservação da malha rodoviária estadual.
- Ampliação do sistema hidroviário nas bacias do Paraná, Ivaí, Paranapanema e Tibagi.
- Construção e pavimentação de trechos rodoviários, com prioridade para as ligações com as sedes municipais ainda não servidas por rodovias pavimentadas.
- Integração ferroviária da região Oeste ao Porto de Paranaguá.
- Recuperação e modernização das instalações portuárias.
- Implementação de medidas de segurança nas rodovias estaduais.

10 - CULTURA

- Treinamento de recursos humanos e reequipamento das unidades museológicas mantidas pelo Estado.
- Preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, espeleológico, cultural, paisagístico e documental, mediante restauração, revitalização e conservação dos bens culturais do Estado, e, em particular, a reconstituição de parte da Colônia Cecília.
- Difusão cultural.
- Implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens.

11 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

- Fomento à pesquisa científica e tecnológica.
- Incentivo à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área científica e tecnológica.
- Pesquisa, prospecção e avaliação de jazidas.
- Programas de pesquisas científica básica e aplicada, especialmente àqueles já iniciados e apoiados pelo Estado.
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico em áreas selecionadas a partir de uma política industrial e agrícola descentralizada e regionalizada para o Estado.

12 - ESPORTE E TURISMO

- Promoção e desenvolvimento do turismo no Paraná.
- Programação para o desenvolvimento

do esporte no Estado.

- Controle da qualidade dos empreendimentos turísticos.

13 - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

- Continuidade do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, no sentido de implementar uma política de gestão urbana adequada às características sócio-econômicas de cada município e região.

- Desenvolvimento de políticas de proteção e preservação do meio ambiente.

- Implantação da política de uso das águas em compatibilidade com a organização do espaço da Região Metropolitana de Curitiba - RMC.

- Prestação de assistência técnica às municipalidades paranaenses.

- Prosseguimento ao Programa Estadual de Saneamento Rural através da implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em comunidades de até dois mil habitantes.

- Continuidade às ações de combate à erosão urbana.

- Ampliação, manutenção e implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto.

- Consolidação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, através do mapeamento e seu respectivo cadastramento.

14 - ENERGIA

- Prosseguimento à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e início da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, visando o aumento da capacidade de geração de energia elétrica.

- Ampliação de redes de eletrificação rural.

- Otimização do uso da capacidade geradora.

- Continuidade ao programa de fontes alternativas de energia em particular a utilização industrial dos resíduos do xisto pirotetuminoso.

15 - COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

- Acompanhamento e intermediação junto a organismos internacionais, no âmbito do intercâmbio comercial e tecnológico.

- Coordenação geral e articulação intersetorial na realização de estudos e projetos de desenvolvimento do Estado.

- Apoio técnico ao Governador do Estado, nas áreas de pesquisas, estatísticas e treinamento.

- Defesa do interesse do Estado na esfera judicial e extra-judicial.

- Assistência jurídica à população carente.

16 - ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, FINANÇAS E FOMENTO

- Aperfeiçoamento do sistema de tribu-

tação, arrecadação e fiscalização.

- Apoio ao aperfeiçoamento técnico-administrativo das municipalidades, visando o fortalecimento das finanças públicas.

- Apoio financeiro aos setores públicos e privado através de ações de fomento.

- Incremento creditício ao comércio, indústria, serviços e agropecuário.

- Agilização na liquidação dos precatórios alimentares inscritos até o mês de julho de 1990.

ANEXO II

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento Próprio da Administração Indireta para o exercício de 1991.

1. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Construção e reequipamento da rede fisco-arrecadadora visando a melhoria de atendimento ao contribuinte e aumento da arrecadação.

- 2 - Aperfeiçoamento dos processos tradicionais da arrecadação e combate à sonegação.

- Informações geográficas e estatísticas com destaque para a manutenção e otimização do Banco de Dados do Estado - BDE.

- Estudos e pesquisas econômico-sociais, destinados ao acompanhamento da conjuntura econômico-social.

- Treinamento de recursos humanos, visando prover a administração pública estadual de profissionais especializados e altamente qualificados.

- Acompanhamento dos programas com financiamento internacional.

- Execução de trabalhos gráficos para o setor público.

- Aquisição, administração e controle de materiais no âmbito do Poder Executivo.

- Prestação de serviços de transporte oficial.

- Administração e manutenção dos serviços de arquivo e microfilmagem.

- Execução de reparos e obras e desenvolvimento de novas tecnologias em construção civil.

- Exploração dos serviços lotéricos.

2. AGRICULTURA

- Preservação dos recursos naturais renováveis.

- Proteção à fauna e à flora.

- Regularização fundiária.

- Reflorestamento e desenvolvimento florestal.

- Monitoramento e fiscalização do uso do solo.

- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários.

- Capacitação de agentes responsáveis pela geração e/ou transferência de tecno-

logias.

sas.

3. COMUNICAÇÕES

- Implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens.

4. SEGURANÇA PÚBLICA

- Coordenação e controle do tráfego urbano visando melhor atendimento aos usuários dos serviços de trânsito.
- Ampliação e recuperação das instalações físicas e melhoria da infra-estrutura da Polícia Militar e DETRAN com recursos do Fundo Especial de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN.

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Apoio técnico, administrativo e financeiro aos municípios e órgãos estaduais envolvidos na implementação do PEDU.
- Prestação de assistência técnica aos municípios paranaenses na área de planejamento, finanças, organização administrativa e outras.
- Financiamentos de planos, programas, projetos e atividades voltados ao desenvolvimento urbano com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - DFU.
- Coordenação das ações de governo na Região Metropolitana de Curitiba.

6. EDUCAÇÃO E CULTURA

- Infra-estrutura e apoio logístico ao ensino de 1º e 2º graus.
- Manutenção de unidades escolares rurais.
- Manutenção e aprimoramento da qualidade de ensino ministrado pelo Colégio Estadual do Paraná.
- Promoção e desenvolvimento do esporte e turismo no Paraná.
- Instalação de Centros de Excelência e de Centros Regionais do Esporte.
- Apoio ao desenvolvimento do esporte amador e competições esportivas.
- Expansão e descentralização da Biblioteca Pública do Paraná.
- Difusão Cultural e editoração.
- Apoio ao desenvolvimento das artes cênicas.
- Administração do ensino superior de música e belas artes.
- Melhoria da qualidade de ensino, racionalização e desempenho das instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

7. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Desenvolvimento dos trabalhos de orientação metrológica, com o objetivo de garantir em todo o Estado a fiscalização dos produtos pré-acondicionados de consumo básico da população.
- Aperfeiçoamento do sistema de controle do registro de alterações em empre-

8. SAÚDE E SANEAMENTO

- Assistência integral à saúde da população em especial a de baixa renda.
- Ampliação da rede física e dos equipamentos hospitalares.
- Execução dos serviços de apoio, diagnóstico profilático e terapêutico.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas de recursos hídricos.
- Implantação de microssistemas de abastecimento de água.
- Desenvolvimento de políticas de proteção e preservação do meio ambiente.
- Continuidade às ações de controle da erosão urbana.
- Programa de drenagem de regiões sujeitas a enchentes.
- Recuperação de áreas erodidas.

9. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

- Prestação de assistência médica e previdenciária aos servidores públicos estaduais.
- Assistência social a população carente, proporcionando atendimento às crianças, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência.

10. TRANSPORTES

- Aperfeiçoamento dos serviços da operação e tráfego nas unidades portuárias.
- Recuperação e modernização das instalações portuárias.
- Construção e pavimentação de rodovias.
- Conservação da malha rodoviária estadual.
- Execução de rodovias alimentadoras e vicinais.

ANEXO III

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

1 - Administração e Planejamento.

- Apoio ao desenvolvimento, pesquisa e controle da qualidade de produtos industriais.
- Pesquisas tecnológicas, testes, análises e controle da qualidade em produtos químicos e biológicos.
- Produção de imunobiológicos.
- Prestação de serviços de processamento de dados, consultoria e assessoramento para o desenvolvimento, implantação de novos serviços em computador, atendendo aos órgãos da Administração Pública Estadual, bem como às Prefeituras Municipais.
- Incremento creditício ao comércio,

indústria, serviços e agropecuária.

- Apoio financeiro aos setores público e privado.
- Preservação do parque produtivo paranaense.
- Expansão da base produtiva do Estado.

2 - Agricultura

- Armazenamento da produção agrícola.
- Fomento e mecanização agrícola no meio rural.
- Construção de terminais ferroviários de distribuição de calcário.
- Apoio a comercialização de hortigranjeiros.
- Assistência técnica e extensão rural aos produtores, cooperativas e sindicatos rurais.
- Inspeção, padronização e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos, para fins de comercialização interna e externa.
- Análises de sementes.

3 - Saúde e Saneamento.

- Implantação, manutenção e expansão de redes e ligações dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e depuração de esgotos em diversos municípios paranaenses.

4- Energia e Recursos Minerais.

- Pesquisa mineral, desenvolvimento mineiro e fomento à produção.
- Expansão do sistema de geração de energia elétrica-continuidade da construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, visando o aumento da geração de energia elétrica.
- Expansão do sistema de transmissão de energia elétrica-aumento da capacidade de transformação de energia com a construção e ampliação das linhas de transmissão e subestações.
- Expansão do sistema de distribuição urbana de energia elétrica - construção de linhas e redes de distribuição urbana e de alimentadores.
- Expansão do sistema de distribuição rural de energia elétrica.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados a programas de novas alternativas de aproveitamento energético.

5- Habitação.

- Implantação da política habitacional do estado, através da construção de unidades habitacionais, principalmente pelos Programas Mutirão e de Autoconstrução.

6 - Indústria, Comércio e Serviços.

- Construção e equipamentos para o Centro de Convenções de Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 219/90

P A R E C E R:

O Senhor Governador do Estado, em cumprimento ao que determina o art. 22, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e de conformidade com o art. 87, inciso XIV da Constituição Estadual, encaminhou a esta Assembléia Legislativa a mensagem de n. 85/90, que atuada na forma regimental transformou-se no projeto de lei n. 219/90, ora em apreciação.

O referido projeto de lei dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e contém o detalhamento previsto no § 3° do art. 133 da Carta Estadual.

Das Emendas

Foram apresentadas tempestivamente quinze emendas que, representando a contribuição dos senhores deputados signatários ao aprimoramento da lei de Diretrizes Orçamentárias propõem alterações no corpo de lei, como também nos que esta acompanham.

Esta relatoria, após detalhado estudo das emendas em tela, entendeu pelo acatamento em tese de todas as apresentadas, na forma do substitutivo geral que ao final apresenta.

Do Substitutivo

A atual situação política do país, com a democratização expressa com todas as letras na Constituição Federal e suas implicações e consequências na forma que a atividade política se apresenta, traz como uma das citadas consequências, a manifestação desta Assembléia Legislativa sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991.

Pela vez primeira, este Poder Legislativo opina sobre as propostas que serão encaminhadas a esta Assembléia no mês de setembro, ou seja, o orçamento para 1991.

Este orçamento que deverá seguir as normas agora estabelecidas será uma lei de meios cujas prioridades esta Assembléia agora aprecia.

Entendemos que o Estado deve voltar-se para a área social, razão porque, deve ser prioridade o desenvolvimento com geração de empregos no setor privado e a educação como fator preponderante para o crescimento econômico.

Não esquecemos a destinação de recursos em especial para a área agrícola, que beneficiem os micros, pequenos e médios

produtores.

Nos preocupamos com a moralização e a economia no serviço público, vedando despesas com construção, aquisição, e locação de aeronaves, automóveis e outros, evitando também a distribuição de verbas para ações públicas de competência exclusivamente municipal, assim como, vedando dotação orçamentária para órgão de previdência parlamentar.

Restringimos, atendendo emenda do Deputado Pedro Tonelli, as verbas que se destinariam a Secretaria de Comunicação Social, alocando-as à Secretaria de Educação, para desenvolvimento de programas voltados à expansão e melhoria do ensino público e fundamental.

Enfim, desta forma propiciar a modernização do serviço público estadual, valorizando os profissionais desta área, com destaque para os que atuam, principalmente na educação.

Este orçamento, que deverá seguir as normas agora estabelecidas, será uma lei de meios cujas prioridades esta Assembléia agora aprecia.

Este substitutivo, embasado na Constituição e respeitada a legislação que regula a matéria, apresenta, a forma e o conteúdo, que deverá conter o orçamento para 1991.

Conclusão

Considerando o acolhimento de inúmeras propostas, o parecer é favorável, opinando pelo prosseguimento do projeto de lei n. 219/90, na forma do substitutivo geral em anexo.

Este é o Relatório.

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto, para aprovação, necessita de 28 votos.

Sobre o referido projeto, emendas em n. de 02 (duas), sendo uma Subemenda Supressiva à Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiada, bem como uma Subemenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

SUBEMENDA SUPRESSIVA DE N° 001, À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 219/90.

Suprima-se o artigo 35 da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n. 219/90.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento:

Paulo Furiatti, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Ezequias Losso e Duílio Gernari.

JUSTIFICATIVA:

O citado artigo 35 da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n. 219/90 veda a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, recursos públicos para órgãos ou fundo de previdência parlamentar.

Contudo, a matéria contida no referido artigo é estranha à Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual que não conterá dispositivo estranho à previsão e à fixação de despesas.

O nosso Instituto Constitucional Estadual em seu artigo 133 e seus parágrafos cita o que deve ser compreendido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como por exemplo: as metas e prioridades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta (orçamento fiscal fixando as referentes despesas), as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro de pessoal do Estado, entre muitas outras qualificações de igual importância.

O respeito e seriedade que respaldam a Lei de Diretrizes Orçamentárias devem ser elevados ao máximo em sua correta elaboração, já que dela dependem os programas estaduais, regionais e setoriais previstos na Constituição Estadual serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa. Neste intuito, é que tomamos a iniciativa da presente Subemenda.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N°02

Acrescente-se um parágrafo ao art. 23, conforme especifica ao Projeto de Lei n. 219/90.

"Art. - 23

Parágrafo Único - Os recursos de que trata o artigo 22 e eu parágrafo único, ficam excluídas das despesas previstas no "Caput" deste artigo.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Nereu Carlos Massignan, Nelson Vasconcellos, José Rogério Carvalho, Antônio Annibelli, Rubens Bueno e Paulino José Delazeri.

JUSTIFICATIVA:

Ao alocar 2% da Receita Tributária do Estado ao fomento da pesquisa científica e tecnológica (art. 205), os constituintes estaduais tinham a intenção de realizar uma política de ciência e tecnologia a longo prazo, através de programas específicos, calcados no mérito e priorizados

pela sua repercussão futura no desenvolvimento estadual.

Ao estabelecer, em seu art. 23, prioridades e metas para ciência e tecnologia, o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias extrapola ao espírito constitucional, interferindo na gestão dos recursos. Para impedir o desvirtuamento do preceito constitucional estamos propondo a exclusão das prioridades previstas no item 11, do Anexo I da LDO. Todos os recursos passarão a ser geridos por um órgão específico, conforme preceitua o art. 205 da Constituição Estadual.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só o processo legislativo que Vossa Excelência vai, agora, colocar em prática. E esta emenda vai ser apreciada amanhã ou é hoje, definitivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta emenda será apreciada hoje.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Neste caso, gostaria de pedir a verificação de votação, para saber da votação dos Senhores Deputados, com relação a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

O SR. RUBENS BUENO - Votação nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, dirão "SIM". Os Senhores Deputados que não a aprovam, dirão "NÃO". São necessários 28 votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esta emenda é de autoria de qual dos Deputados, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já foi anunciado duas vezes, mas nós vamos repetir mais uma vez: do Deputado Eduardo Baggio.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - O Deputado Orlando Pessuti gostaria de votar novamente, de reconsiderar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Retoma à chamada nominal dos Senhores

Deputados.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, gostaria de declarar o meu voto, registrando aqui a minha posição contrária à Emenda oferecida pelo Deputado Eduardo Baggio.

Desta forma, fica bem clara a minha posição contrária aqui nesta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Retoma à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para justificar) - Senhor Presidente, vou votar NÃO porque se acatada essa emenda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma das imoralidades condenadas já pelas urnas, continuará. Por isso, eu voto NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO ... continua a votação nominal...

O SR. RUBENS BUENO - Eu voto NÃO

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu voto NÃO

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Justificar) - eu votarei contra o substitutivo geral que acredito que, pela demora de votação, nos resta, para não atrapalhar a confecção do orçamento que já deve estar na Casa, baseado no original mandado pelo Governo, a esta Casa caberá a votação da mensagem original para não ficarmos novembro e dezembro votando o orçamento. Meu voto é NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO ... continua a votação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e dois Senhores Deputados responderam SIM;

dez Senhores Deputados responderam NÃO; Rejeitada a emenda.

Emenda do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, mesmo processo, votação nominal para a Emenda.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pediria que fosse feita a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Procede à leitura da emenda.

O Senhor 1º Secretário procederá à Chamada Nominal para votação dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada e votação nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à segunda

chamada dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e sete Senhores Deputados votaram NAO, sete votaram SIM. Está rejeitada a emenda.

Passaremos a votar pelo mesmo processo o Substitutivo Geral já aprovado em 2.^a discussão. Para a aprovação serão necessários vinte e oito votos, o Senhor 1.^o Secretário vai proceder à chamada nominal para a votação do Substitutivo Geral.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal para votação).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa do voto) - Eu me valho até do momento para parabenizar o Deputado Rubens Bueno que fez um excelente trabalho no Substitutivo Geral da LDO, no entanto nós votaremos Não, Senhor Presidente, Senhor 1.^o Secretário, para evitar que aprovando o substitutivo nós tenhamos que devolver o orçamento que já está na Casa e nós entramos em dezembro sem o orçamento para o ano que vem, por essa razão eu votarei Não, conclamando os companheiros a votarem Sim, posteriormente, no Projeto.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Continua a chamada nominal)

O SR. JOSÉ ROGÉRIO (Pela Ordem) - Gostaria de afirmar aqui neste Plenário a nossa visão de orçamento, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e no sentido de enaltecer a pessoa do nosso relator Deputado Rubens Bueno, que muito se esforçou, que lutou para fazer um grande trabalho para este Parlamento para que fôssemos mais valorizados, para que ocupássemos o lugar que este Parlamento deve ocupar perante o Executivo, de forma que valorizou o Legislativo nas suas emendas, aceitando as emendas, esse Substitutivo Geral. Dessa forma eu voto pelo Substitutivo Geral do Deputado Rubens Bueno.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Continua a chamada nominal).

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ao que me consta este substitutivo da LDO já foi aprovado em 3.^a discussão. Então, não se faz mais a opção, me parece que esta votação não procede entre o substitutivo e o projeto original. O que se poderia votar hoje, seriam emendas ao substitutivo geral. Na verdade se coloca em votação agora apenas o substitutivo geral; é o que prevê o Regimento Interno. É uma questão de ordem que eu levanto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O

substitutivo foi aprovado numa só vez, não seria necessário 2.^a discussão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem). - Aqui na Ordem do Dia consta 3.^a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, porque a matéria foi aprovada em 2.^a discussão, por isso vai para 3.^a discussão.

Se houvesse emenda hoje aprovada iria para 4.^a discussão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Na medida em que é aprovada a emenda substitutiva, o projeto original está rejeitado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 26 Senhores Deputados votaram não e 7 sim, está rejeitada a emenda.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu levantei uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu já decidi a questão de ordem.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Qual é a sua decisão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão é que seriam necessários 28 votos para aprovar a matéria em 2.^a discussão, rejeitado o substitutivo geral em 2.^a discussão volta ao projeto inicial que é a mensagem do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a mensagem governamental, pelo mesmo processo.

28 votos necessários para aprovação.

A votação nominal será procedida a chamada pelo Senhor 1.^o Secretário.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Só para registrar a minha posição neste voto. Nós temos aí um projeto de lei exemplar para o Brasil, para os outros Estados do Brasil, que é o projeto de lei, o anteprojeto do Executivo. E aqui nesta Casa recebeu emendas estudadas, trabalhadas, que iriam beneficiar um pouquinho mais, iriam enriquecer mais ainda a peça orçamentária quando viesse para esta Casa. De forma que nós lamentamos a posição de alguns Deputados que não lêem as matérias, não dão atenção às emendas, e simplesmente porque o artigo 35 cria um certo problema de recursos públicos para o FEPPA nós temos aí uma série de trabalhos jogados fora, que muito iria beneficiar à sociedade

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 366/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Florestópolis, com sede e foro no município de Florestópolis.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

O SR. 1° SECRETÁRIO (Continua à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Secretário, voto não. Eu gostaria só que repetisse o resultado da votação anterior, por favor?

O SR. 1° SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Vinte e seis "NÃO" e sete "SIM".

(Continua à chamada nominal dos Senhores Deputados. Procede à segunda chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam pela aprovação da Mensagem, 28 Senhores Deputados. 7 votaram "não".

Está aprovada a Mensagem, bem como a dispensa de redação final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 95/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, nas áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao município de Balsa Nova. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 175/90, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que dispõe sobre o controle comercial da "Cola de Sapateiro", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de Paraná D'Oeste, com território desmembrado do município de Moreira Sales e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Lei n° 303/90.- Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por 10 Sessões, o Projeto de Lei n° 303/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 366/90, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", de Florestópolis, com sede e foro no município de Florestópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 382/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 117/90, o presente projeto de lei visa conceder à Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão óbice legal e constitucional ao mesmo.

Nestas condições é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo, com sede e foro no município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

PROJETO DE LEI N° 419/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo, com sede e foro no município de Colombo.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 477/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, "post-mortem", ao Deputado Mário Batista de Barros. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 477/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, "post-mortem" ao Deputado Mário Batista de Barros.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, não há nenhum óbice à sua normal tramitação nesta Casa de Leis e temos que louvar a propositura quanto ao aspecto meritório.

Chamada a opinar esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE à medida ora proposta.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 478/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de utilidade pública estadual a APAE - Associação dos Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na Cidade, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 478/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, tem por

finalidade declarar de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na Cidade, conforme especifica.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 231/87, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que extingue a taxa adicional de 20% destinada ao fundo de assistência judiciária e penitenciária do Estado do Paraná, criada pela Lei Estadual n° 7809 de 29 de dezembro de 1983. (Publ. no D.A. n° 98 de 15.09.87).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 sessões do Projeto de Lei n° 231/87.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 sessões, o Projeto de Lei n° 231/87.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 008/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores do Conjunto Marechal Rondon - AMCMR", em Curitiba. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 146 de 11.01.89).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 403/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o município de Alto do São João, desmembrado do município de Roncador, com as divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldim, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 403/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 403/90.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o município de Yolanda, desmembrado do município de Ubiratã, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

450/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Nacional anti-drogas, área conforme específica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 98 de 23.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 452/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 148/90), que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra - FGT, aprovado pela Lei n° 9173 de 27 de dezembro de 1989, no valor de Cr\$ 25.865.373,00 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e três cruzeiros), na forma que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101 de 28.09.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 458/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que estabelece incentivo fiscal a empresas instaladas no Paraná. (Publ. no D.A. n° 101 de 28.09.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 sessões do Projeto de Lei n° 458/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 sessões o Projeto de Lei n° 458/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 483/90, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 64/90), que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 483/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário, ficam reajustados em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990.

Art. 2° - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1° de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência os valores decorrentes da aplicação a que alude o art. 1° desta Lei.

Art. 3° - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante Decreto, baixar as Tabelas de Vencimentos decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 484/90, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 65/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, conforme específica. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 484/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, ficam fixados na forma da tabela que constitui o Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1° de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência, os valores contidos no Anexo I, desta Lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I, a que se refere o art. 1°.

SÍMBOLO	VENCIMENTO
DAS-1	38.395,12
DAS-2	35.198,23
DAS-3	32.468,89
DAS-4	28.757,12
DAS-5	25.939,06
1-C	14.206,71
2-C	13.120,59
3-C	12.111,74
4-C	11.187,33
5-C	10.497,42
6-C	9.850,32
7-C	9.244,85
8-C	8.680,93
9-C	8.143,58
10-C	7.642,95
11-C	7.244,81
12-C	6.866,02
13-C	6.508,39
14-C	6.170,34
15-C	5.866,97

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 485/90, de autoria do Tribunal de Contas (Ofício n° 814/90), que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado, em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 485/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam a partir de 1º de setembro, reajustados em 43% (quarenta e três por cento).

Art. 2º - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência os valores decorrentes da aplicação a que alude o artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - As despesas com a execução desta Lei serão atendidas pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 078/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do município de Nova Sarrandi. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77 de 26.06.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 100/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 136/90 - ex-Proposição nº 133/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, objetivando a manutenção e ampliação do "Projeto Indicadores Conjunturais da Indústria".

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, do Projeto de Resolução nº 100/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões o Projeto de Resolução nº 100/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 2242, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2201, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2221, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2219, de autoria do

Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. Prejudicado.

Requerimento de nº 2203, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2237, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Não entendi o teor do requerimento. Se trata do quê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Apreciação do Projeto de Lei nº 457/90, que inclui item no artigo 23 da Lei... (lê o requerimento).

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2224, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2217, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Prejudicado.

Requerimento de nº 2218, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Prejudicado.

Requerimento de nº 2204, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2233-A, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2234, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2235, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2236, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2231, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2233-C, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2205, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2209, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior.- Prejudicado.

Requerimento de n° 2245, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. APROVADO. Há verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dezesesseis Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Não há quórum para votação e nem para o prosseguimento da sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mesmo com o resultado da votação do requerimento Vossa Excelência pode determinar - "de ofício" - a inclusão na Ordem do Dia, a transformação da Assembléia em Comissão Geral, até porque as Comissões não foram ainda instaladas. Trabalhamos o ano inteiro com Comissão Geral. Espero que a Assembléia do Paraná não faça com que o Estado acabe parando por falta de suplementação de verbas, ao modo do que está acontecendo, inclusive, no plano federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sugestão de Vossa Excelência é bastante interessante, mas a Mesa não tem competência para, "de ofício", determinar a instalação de Comissão Geral da Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
57/90,
175/90,
366/90,
382/90,
419/90,
477/90 e
478/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
008/89,
406/90,
450/90,
452/90,

483/90,

484/90,

485/90;

e do Projeto de Resolução n° 078/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 1990.

"Combustíveis líquidos - quem assumirá os desacertos?"

Clóvis R. Junqueira Franco

Um ministro de Estado brasileiro, com poderes sobre diferentes áreas, desde a energia até as comunicações, passando pelos transportes, mantinha firme opinião de que o petróleo importado teria preços decrescentes nos próximos dez anos. Segundo ele, o álcool nacional valeria somente como aditivo da gasolina, por ser muito caro como combustível. Isto porque este ministro insiste em comparar o preço do barril de petróleo bruto no Oriente médio com preço de barril de álcool hidratado nos tanques do consumidor brasileiro, mais ou menos como comparar preço do boi gordo no pantanal matogrossense com preço do filé mignon no prato do carioca em Copacabana.

Apesar de 56% do petróleo convencional remanescente se encontrarem em poder dos países membros da OPEP, 80% destes países estarem localizados no Golfo Pérsico, apenas 0,54% do petróleo remanescente pertencer ao Brasil e apenas um quarto se encontrar em países de mercado livre não-membros da OPEP, o nosso superministro trabalha com o cenário de preços de petróleo em baixa.

Está claro que os países-membros da OPEP com mais da metade das reservas mundiais serão os únicos com capacidade para manter os níveis atuais de produção até o ano 2000, sendo que os demais países produtores, inclusive o Brasil, estarão com produção declinante na virada do século, fazendo com que os preços e a política do petróleo no próximo século sejam estabelecidos pelos países-membros da OPEP. E, apesar disto tudo, o ministro responsável pela área de energia em nosso país ousava em afirmar que os preços de petróleo não deveriam passar de US\$ 20 nos próximos seis anos.

Os fatos são recentes, sem levar em consideração as previsões do ministro brasileiro, os países-membros da OPEP se reúnem e elevam os preços em 25% atingindo os US\$ 21 por barril, e, poucos dias depois, o Iraque invade o Kuwait, provoca novo

aumento nos preços em cerca de mais 30% e esta região belicosa ameaça a continuidade do abastecimento mundial de petróleo.

Apesar da opinião contrária do ministro à utilização do álcool como combustível, achando-o bom apenas como aditivo, e enquanto o tumulto acontece no Oriente Médio, o Brasil continua a produção de cana-de-açúcar e álcool carburante, com produtividade crescente e custos decrescentes, e com certeza na passagem para o século 21 este combustível renovável poderá estar abastecendo não apenas os automóveis brasileiros, mas também a frota comercial leve e média, reduzindo a poluição dos grandes centros urbanos e diminuindo a importação do óleo diesel, hoje o grande calcanhar-de-aquiles no abastecimento de combustíveis líquidos.

A sociedade, nos países desenvolvidos, via de regra pressiona as elites dirigentes no sentido de que assumam suas responsabilidades e respondam por seus desacertos sejam eles como dolo ou não, e a história recente mostra uma série de exemplos: um executivo japonês, presidente da JAL, demite-se ao cair uma grande aeronave de sua companhia, matando mais de 500 pessoas; um político americano, favorito nas prévias às eleições presidenciais de seu país, ao ser flagrado em namoricos com uma modelo, renuncia à candidatura; um ministro inglês, após declarações pouco diplomáticas sobre seus parceiros na Comunidade Econômica Européia, renuncia ao cargo; um primeiro-ministro japonês, ao ser divulgada a sua participação acionária em empresa que havia recebido incentivos fiscais do governo, deixa o cargo de primeiro mandatário do país.

O Presidente da República quer participar da mesa de negociações junto aos países desenvolvidos, aspiração justa para a 10.^a economia do mundo. Mas, antes de tudo, para que isto aconteça nossos homens públicos deverão apresentar postura compatível com os dirigentes de países do Primeiro Mundo. E somente assim haverá um ordenamento onde a eficiência colocará este país no caminho da prosperidade.

No caso do petróleo, o consumidor pagará a conta, mas espera que os responsáveis pelos desacertos apareçam e se apresentem.

CLOVIS R. JUNQUEIRA FRANCO - 50, economista e empresário, é produtor de álcool.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N° 232/90

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Segurança, do Grupo Ocupacional de Serviços Gerais- NB-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a JOSIAS RAYMUNDO, soldado QPM 1-0, RG. 689.589, da Polícia Militar do Estado do Paraná, ora à disposição deste Poder.

(Prot. n° 9815).

DECRETO LEGISLATIVO N° 233/90

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Segurança, do Grupo Ocupacional de Serviços Gerais- NB-L, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a ANTONIO BERALDO, RG n° 573576-PR, soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná, QPM 1-0, ora à disposição desta Casa.

(Prot. n° 10.388).

DECRETO LEGISLATIVO N° 234/90

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Auxiliar Administrativo "A" NT-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, RG. n° 386.660-2, Assistente Administrativo, padrão F, referência 11, da Secretaria de Administração do Estado, ora à disposição desta Casa.

(Prot. n° 9391).

DECRETO LEGISLATIVO N° 235/90

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Motorista, Classe NB-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a JOSÉ MARIA DE PAULA, RG n° 1.435.895-1, Motorista C-4, do Instituto de Previdência do Estado- IPE, ora à disposição desta Casa.

(Prot. n° 10.200).

DECRETO LEGISLATIVO N° 236/90

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Segurança, do Grupo Ocupacional de Serviços Gerais- NB-1, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, a ANTONIO AR-LINDO PEREIRA NETO, RG n° 479.069-3, soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná, QPM 1-0, ora à disposição deste Poder.

(Prot. n° 9799).

DECRETO LEGISLATIVO N° 237/90

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo de Segurança, do Grupo Ocupacional de Servi-

ços Gerais- NB-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a DIONISIO DE PAULA CAVALHEIRO, soldado QPM 1-0, da Polícia Militar do Estado do Paraná, RG. n° 723.322, ora à disposição deste Poder.

(Prot. n° 9419).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 31 de agosto de 1990.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário.